

**Título: AHE JIRAU – RIO MADEIRA
PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO SOCIAL
SUBPROGRAMA DE FOMENTO À TECNOLOGIA DE EXTRAÇÃO DE
PRODUTOS FLORESTAIS**

**DIAGNÓSTICO E IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS – USO
E MANEJO SUSTENTADO DE PRODUTOS FLORESTAIS**

Notas:

Documentos de Referência:

Levantamento de Potencialidades Sociais Coletivos. Agronegócio. UHE Jirau: Jaci-Paraná, União Bandeirantes, Mutum-Paraná e Abunã. Porto Velho: SEBRAE-RO, 2009.
Relatório do Cadastro de Produtores Rurais em Porto Velho e Regiões. SEMAGRIC, SENAR, SEBRAE.
Cadastro do Produtor Rural - SEMAGRIC
Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009. Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências.
Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar, lançado em 22/12/2009.
Plano Básico Ambiental – UHE Jirau, Programa de Compensação Social, Subprograma de Fomento à Tecnologia de Extração de Produtos Florestais.
Memórias de reunião. Entrevistas com a Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento, Senhora Josélia Maria Saraiva Moreira (14 e 17 de agosto 2009)
Lei 9985, de 18 de julho de 2000
Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Rondônia
Caracterização Socioambiental das Unidades de Conservação – Rondônia Sítio: http://www.socioambiental.org/uc/uf/11

0	Emissão Inicial	SB	FF	04/01/2010
Nº	Revisão	Elab.	Verif.	Data
Número Cliente		Número CNEC		Revisão
		NM219-NT-SOC-PV/04		0
Elaboração	Verificação	Aprovação	Data	Folha
MARCELO PERON SINOEL BATISTA	FABIO FORMOSO	FABIO FORMOSO	16/12/2009	1 / 31
Coordenador do Programa Sinoel Batista / Marcelo Peron		Coordenador Geral Fabio Maracci Formoso		

SUMÁRIO

Síntese Executiva.....	3
1. Conhecimento do problema.....	5
2. Bases Normativas	6
3. O ponto de vista da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	7
4. Levantamento de Potencialidades Sociais Coletivos - SEBRAE	11
5. Métricas obtidas a partir de Cadastro de Produtores Rurais – SEMAGRIC	19
6. Cadastro Socioeconômico – ESBR/ECSA.....	25
7. Conclusões	25
Anexo – Unidades de Conservação - Rondônia	29

Síntese Executiva

I - Antecedentes

O presente relatório tem por meta traçar uma primeira abordagem da atividade extrativista na AID, tendo por base o material bibliográfico indicado nos Documentos de Referência. Para consolidar o diagnóstico é fundamental, contudo, trabalhar banco de dados oriundo do Cadastro Socioeconômico, tendo em vista sua natureza censitária e as variáveis de controle que apresenta sobre o tema do extrativismo.

II – Destaques

Tanto as entrevistas realizadas com agentes e técnicos da área pública, consultores de entidades como o SEBRAE, quanto o reconhecimento do terreno através de sobrevoo parecem indicar que o extrativismo, em que pese pertencer ao modo de organização dos núcleos familiares de toda a região, não representa uma atividade significativa do ponto de vista econômico. Ainda assim é possível identificar, a partir da pesquisa SEBRAE *Levantamento de Potenciais Sociais Coletivos*, as seguintes culturas extrativistas na AID:

- ✓ Açai;
- ✓ Babaçu;
- ✓ Cupuaçu;
- ✓ Palmito de pupunha;
- ✓ Castanha do Brasil.

Esta constatação não permite inferir, contudo, que não existam possibilidades de desenvolvimento neste segmento de atividade, mas que as condições ambientais gerais não geram as condições mais adequadas para fazê-lo. Têm grande importância nesta configuração diferentes ordens de dificuldades, tais como

- ✓ Estradas mal conservadas;
- ✓ Transporte irregular do ponto de vista temporal, o que dificulta particularmente o escoamento de produtos perecíveis;
- ✓ Deficiências de conservação de estradas vicinais;
- ✓ Carência de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- ✓ Dificuldade de acesso a maquinário e implementos agrícolas para o plantio;
- ✓ Necessidades de correção do solo, com acesso a calcário e fertilizantes;
- ✓ Carência de capacitação em Associativismo e Cooperativismo e cursos de aproveitamento de subprodutos;
- ✓ Deficiências na organização da comercialização, entre outras.

Evidentemente a exploração da madeira constitui-se em uma exceção a esta regra, constituindo-se em atividade significativa do ponto de vista econômico, quer pelos volumes financeiros que envolve, quer pelo contingente de mão de obra que mobiliza.

Quanto às demandas de capacitação, apesar de poderem ser objeto de refinamento a partir das inferências que se poderá fazer com base no Cadastro Socioeconômico, encontram-se claramente formuladas, tendo por base os Documentos de Referência, valendo indicar:

- ✓ Fortalecimento institucional;
- ✓ Associativismo e cooperativismo;
- ✓ Gestão e técnica rurais;
- ✓ Contabilidade de custos da entidade e da propriedade;
- ✓ Organização e comercialização da produção;
- ✓ Empreendedorismo rural;
- ✓ Culturas do café, banana, pupunha, cadeia produtiva da mandioca (plantio, melhoramento genético, manejo da safra, melhoria da qualidade da farinha), açaí, extrativismo do babaçu;
- ✓ Aproveitamento de subprodutos;
- ✓ Artesanato, qualidade de produtos.

III – Atividades de campo

A partir do conhecimento adquirido na produção do presente relatório deve-se iniciar as seguintes atividades:

- ✓ Identificação das Unidades de Conservação existentes na AID;
- ✓ Interações com órgãos ambientais para identificação de Planos de Manejo Florestal aprovados e/ou em implantação;
- ✓ Interfaces com SEBRAE, SENAR e instituições de ensino e pesquisa, para fins de inventariar potenciais atores para aplicar programas de capacitação previstos no Subprograma, a princípio tendo por escopo os requerimentos indicados no item retro;
- ✓ Entrevista com os consultores que desenvolveram o levantamento intitulado *Levantamento de Potencialidades Sociais Coletivos*, de modo a se obter subsídios complementares para fins de planejamento das interações com as diferentes comunidades locais.

1. Conhecimento do problema

O Plano Básico Ambiental de UHE Jirau alinha como procedimentos metodológicos do Subprograma de Fomento à Tecnologia de Extração de Produtos Florestais as seguintes atividades:

- Caracterizar o estágio atual de extrativismo realizado pelas comunidades que a utilizam, bem como identificar os materiais e recursos coletados e os produtos elaborados.
- Identificar junto às comunidades e as entidades gestoras de UC a existência de planos de manejo sustentável em execução.
- Propiciar a discussão e/ou a elaboração de prognósticos de manejo para UC em conjunto com as entidades e lideranças locais.
- Identificar junto às comunidades locais os interesses e necessidades de cursos de capacitação e aperfeiçoamento.
- Identificar, contatar e estabelecer cooperação de potenciais instituições e profissionais capacitados para ministrar os cursos.
- Realizar cursos de capacitação e aperfeiçoamento para práticas de manejo sustentável para atividades extrativistas, cadeia produtiva, cadeia de comercialização com a instituição de rede de comércio solidário.
- Promover o associativismo e a respectiva formalização de modo a propiciar linhas de financiamento público e privado.
- Promover a interlocução das comunidades com instituições de pesquisa e ensino com o objetivo de que estabeleçam canais de conhecimento e experiências que possam aprimorar sua produção em bases sustentáveis.
- Monitoramento e Avaliação das ações de extrativismo das comunidades envolvidas e a entidade gestora de UC.

Estas indicações metodológicas determinam, a sua vez, uma mecânica de implantação do Subprograma, claramente enunciada em seus objetivos, como segue:

	Página: 5 / 31
	Revisão: 0

- Colaborar na elaboração e implantação de ações voltadas ao envolvimento de comunidades que utilizam os recursos florestais na AID e região.
- Contribuir com o poder público através de suas agências e órgãos com atuação na região para a difusão de práticas de manejo florestal em regime sustentável.
- Cooperar na implantação de cursos e capacitação das comunidades para a verticalização do setor com mais operações de beneficiamento dos produtos florestais, de modo a incorporar maior valor agregado aos seus produtos e, conseqüentemente aumentar a renda local.

O problema a ser enfrentado, portanto, tanto na produção do presente diagnóstico, quanto na implantação do Subprograma consiste em identificar e estimular práticas sustentáveis de exploração dos recursos florestais, e/ou atividades agropecuárias que atendam ao mesmo critério. Almeja-se, igualmente, aumentar a incorporação de valor às atividades existentes, mediante intervenções no ciclo produção-comercialização, para o que se faz necessário planejar e organizar as cadeias produtivas existentes (e potenciais), adensar as práticas do associativismo e empreendedorismo, além de difundir tecnologias sociais como os APLs – Arranjos Produtivos Locais.

2. Bases Normativas

Em conformidade com aquilo que preconiza o PBA, as ações envolvendo a implantação do Subprograma devem ter por referência o Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009, que institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar – PMCF, que se rege pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - desenvolvimento sustentável, por meio do uso múltiplo dos recursos naturais, bens e serviços das florestas;

II - geração de trabalho e renda para os beneficiários;

III - identificação e valorização das diversas formas de organização social, cultural e produtiva das comunidades, visando o respeito às especificidades dos beneficiários e dos diferentes biomas;

IV - promoção do acesso das comunidades aos institutos jurídicos que permitam a regularização da posse e do uso das áreas ocupadas nas florestas da União, quando este uso for permitido pela legislação em vigor;

V - fomento à elaboração e implementação de planos de manejo como instrumentos aptos a orientar os manejadores na gestão adequada da produção sustentável;

VI - promoção de assistência técnica e extensão rural adaptadas ao manejo florestal comunitário e familiar;

VII - promoção da educação ambiental como instrumento de capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão;

VIII - estimular a diversificação produtiva e a agregação de valor à produção florestal de base comunitária e familiar; e

IX - fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à apropriação de tecnologias pelos beneficiários.

Fundamental observar que a operacionalização de tais princípios e diretrizes se dá através do Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar, lançado em 22/12/2009. A adequação às previsões normativas contidas no Decreto nº 6.874 é fundamental, uma vez que:

- Permite e disciplina o acesso a recursos do FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, Fundo da Amazônia e FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente;
- Institui condições para que os beneficiários do Subprograma sejam emponderados, podendo dar sequência a suas atividades e requerimentos, sem precisar do auxílio contínuo do Empreendedor, cujos recursos, obrigações e atuação são limitados no tempo e decorrem, no essencial, das previsões do rito de licenciamento.

3. O ponto de vista da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Extrato de entrevista realizada em 14 de agosto de 2009, às 11h00, na SEMAGRIC.

	Página: 7 / 31
	Revisão: 0

- Na região de Califórnia e Extrema a Prefeitura tem apoiado os pequenos proprietários com o fornecimento de tratores e equipamentos para o gradeamento de áreas degradadas, complementado pelo fornecimento de calcário. Levantamento conjunto com a equipe da SAESA identificou a existência de 60 mil hectares de terras degradadas no município;
- Para a região logo após Jaci-Paraná não há ações em curso no momento. Para o lado oposto existe muito babaçu. Tem sido observado aos produtores rurais a necessidade de manter todas as arvores em pé, uma vez que elas tem muito mais valor desta forma, do que cortada para fazer madeira;
- Indicou-se que, para fazer um trabalho articulado e de parceria na AID de Jirau, seria muito importante realizar levantamento de campo, de modo a se consolidar uma visão ampla sobre a realidade, confirmar e afastar várias suposições sobre a realidade. Esta assertiva decorre do fato de que o tema extrativista não é bem conhecido, além de se demonstrar atividade rarefeita, de pequena importância econômica (exceto pela exploração da madeira).
- A Secretaria tem um profundo conhecimento da região, tanto por gerir a política específica, quanto por ter sido responsável até alguns anos atrás pela manutenção das estradas vicinais. Tal atividade evidentemente obrigou a pasta a se embrenhar em todas as localidades da região;
- Na realização do levantamento em campo a SEMAGRIC pode fornecer mão de obra qualificada (pessoal que conhece bem o território em questão), mas a infraestrutura logística – veículos, combustível e alimentação para a equipe realizar as visitas nas propriedades – caberia à ESBR;
- Segundo a compreensão da SEMAGRIC o levantamento em campo poderia redundar em uma espécie de zoneamento agrícola da AID;
- Fez-se menção à tecnologia social denominada PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, cuja metodologia poderia ser aplicada na AID, baseando-se nos seguintes princípios:
 - ✓ Reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade;

- ✓ Diversificar a produção;
 - ✓ Utilizar com eficiência e racionalização os recursos hídricos;
 - ✓ Alcançar a sustentabilidade em pequenas propriedades;
 - ✓ Produzir em harmonia com os recursos naturais.
- Indicou-se que a SEMAGRIC tem como intenção estimular a atividade de piscicultura na modalidade tanques redes, como estratégia de desenvolvimento local.
 - Foi abordado ainda outro aspecto importante para o fortalecimento das atividades produtivas das pequenas propriedades, ou seja, a promulgação da Federal 11.4971, de 16 de junho de 2009 (originária da MP 455), que trata do apoio da comercialização dos produtos diretamente dos produtores rurais. Este tema poderá se constituir em uma grande alavanca para o desenvolvimento da agricultura familiar em PVH.
 - Identificou-se através de apoio financeiro da SUFRAMA, Calha Norte e MDA a SEMAGRIC esta conseguindo articular apoio para 41 associações de produtores vinculados à agroindústria, dentre as quais cinco entidades estão localizadas na AID de JIRAU.
 - A Secretaria está trabalhando na implantação do SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, que se organiza de forma unificada, descentralizada e integrada entre a União, Estados / Distrito Federal e Municípios. Do ponto de vista de sua arquitetura, cabe ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento a coordenação do sistema, como instância central e superior, atuando estados e Distrito Federal como instâncias Intermediárias e os Municípios como Instância Local, *através de adesão voluntária*. Seu objetivo é garantir a saúde dos animais e a sanidade dos

¹ De modo particular o Artigo 14 diz que “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Afirma ainda que a aquisição de que trata o artigo podrá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. Outro elemento importante apontado diz respeito a observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias: I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente; II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios; e III - condições higiênico-sanitárias inadequadas.

vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo.

Extrato de reunião realizada em 17 de agosto de 2009

Presentes:

Secretaria Extraordinária Municipal de Projetos Especiais – SEMEPE,

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC (Secretária Josélia Maria Saraiva Moreira),

Pauta: qualificar o modelo assistencial defendido pela Prefeitura de Porto Velho para a região da AID de Jirau.

- O encontro teve como referência e suporte o documento denominado *Demandas em Projetos da Secretaria Municipal de Agricultura a serem apoiadas Pelo Empreendimento Hidroelétrico de Jirau*, datado de Julho de 2009, onde é estruturada a proposta de intervenção a partir de três grandes eixos, que compõem o se poderia denominar de *modelo assistencial ao pequenos e médios agricultores localizados na AID de JIRAU*:
 - ✓ Projetos de recuperação de áreas alteradas/degradadas;
 - ✓ Agroindustrialização, e;
 - ✓ Apoio ao transporte de hortifrutigranjeiros.
- Indica-se como público alvo da intervenção aproximadamente 2.500 produtores rurais cadastrados do município, de um total aproximado de 15 mil, cujas áreas já foram visitadas por técnicos da SEMAGRIC. Estas propriedades encontram-se inserida na AID JIRAU e compreendem 27 comunidades, conforme abaixo especificadas:
 - ✓ Linhas: 31 de março, 105, 101, 101-B (4 linhas),
 - ✓ Ramais: do Pavão e do Tucano (2),
 - ✓ Linha do Abacaxi e do Ferrugem, 21 de Abril, 01, 02, PO,04, Triângulo, 10 (9),
 - ✓ PA São Francisco: Linhão, Linhas F, G, H, I (5);

- ✓ Distrito de Abunã: PA Pau D'Arco e Taquara: Linhas 6^a, 7^a 8^a, Nona e Noninha (5),
 - ✓ Linha 23 (1), e
 - ✓ Ramal Primavera (1).
- Na AID de Jirau existem 3 (três) PAs. São Francisco (que ainda não recebe atendimento da SEMAGRIC), Pau D'Arco e Taquara, ambos no Distrito de Abunã. A divisão das responsabilidades de apoio ao público envolvido nos Projetos de Assentamentos (PAs) e com o tema da agricultura familiar, objeto da proposta apresentada, é a seguinte. Ao INCRA compete a assistência técnica, infraestrutura e moradia, à Prefeitura Municipal de Porto Velho, educação e saúde.
 - Grande parte da AID de JIRAU possui terras “ácidas / fracas” que demandam correções com calcário. Este é um dos grandes gargalos e grande ponto de estrangulamento para atenção aos agricultores;
 - A SEMAGRIC demanda da ESBR apoio para a realização de cursos de capacitação nas modalidades:
 - ✓ Fortalecimento institucional,
 - ✓ Contabilidade de custos da entidade e da propriedade,
 - ✓ Organização e comercialização da produção,
 - ✓ Empreendedorismo rural,
 - ✓ Culturas do café, banana, pupunha, cadeia produtiva da mandioca (plantio, melhoramento genético, manejo da safra, melhoria da qualidade da farinha), açaí, extrativismo do babaçu.

4. Levantamento de Potencialidades Sociais Coletivos - SEBRAE

Extrato de reunião ocorrida em 17/08/2009, com os consultores que desenvolveram a pesquisa e relatório

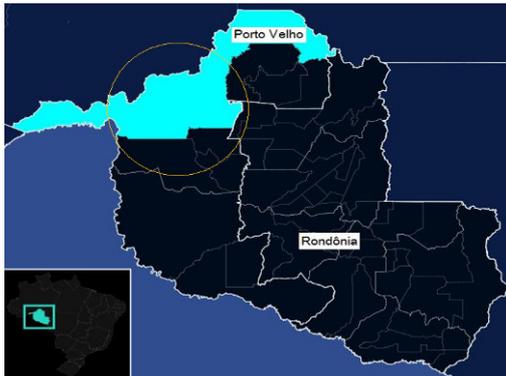
Cláudio Rodrigues (69) 9982-1402 e Valber Marialva (69) 9971-2768

	Página: 11 / 31
	Revisão: 0

- O trabalho foi realizado a partir de Termo de Referência proposto pelo Instituto Camargo Corrêa, que apontava as seguintes diretrizes:
 - ✓ Focar desenvolvimento territorial local via associativismo;
 - ✓ Valorizar atores locais, potencialidades, vocações e oportunidades;
 - ✓ Articular sistemas de apoio; e
 - ✓ Revelar o protagonismo local. Levantar potenciais sociais coletivos identificáveis com potencial de mercado e necessidade de adensamento para receber investimentos.

- Observando-se ainda elementos que caracterizasse:
 - ✓ O capital humano (os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida);
 - ✓ O capital social (definidos como os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e empoderamento da população local);
 - ✓ A governança (a capacidade gerencial político-institucional e os níveis de participação social);
 - ✓ O uso sustentável do capital natural.

- A definição do recorte territorial adotou as seguintes premissas: *i)* lugar onde os atores envolvidos (associações, entidades de apoio, poder público, agentes de desenvolvimento entre outros) se inserem, produzem e se reconhecem; *ii)* possuam sinais de identidade coletiva (sinais sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, históricos, etc.); *iii)* mantenham ou tenham capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento; *iv)* estabeleçam parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território; *v)* promovam uma integração econômica e social, no âmbito local. Destas diretrizes definiu-se as áreas de atuação conforme abaixo:



- Na abordagem dos Sociais Coletivos, para estimular processos locais de desenvolvimento, é preciso ter em mente que qualquer ação deve permitir: *i)* a conexão com os mercados (as ações nos sociais coletivos deverão ser orientadas para os mercados, sejam eles atuais e/ou potenciais); *ii)* sustentabilidade, concepção segundo a qual o social coletivo deve possuir um padrão de organização que se mantenha ao longo do tempo, em virtude de ter adquirido certas características que possam lhe conferir capacidades autogenerativas); *iii)* promoção de um ambiente de inclusão (distribuição de riquezas, conhecimento, poder e renda, atentando também para as questões de gênero, raça, entre outros temas importantes); *iv)* elevação do capital social (promover a interação e a cooperação entre os atores do território, gerando relações de confiança e aprendizado); *v)* preservação do meio ambiente (a questão ambiental deve estar presente na formulação, implementação e avaliação das ações desenvolvidas); *vi)* valorização do patrimônio histórico e cultural (considerando como um recurso para fortalecer a identidade de um território e para agregar valor aos bens e serviços produzidos); *vii)* protagonismo local (as ações serão sempre concebidas, implementadas e avaliadas de forma a levar os atores locais a serem protagonistas de seus próprios futuros); *viii)* integração com outros atores (o processo de desenvolvimento dos sociais coletivos exige estreita integração entre todas as instituições que possuam algum tipo de programa ou projeto dentro do território) e; *ix)* A mobilização de recursos endógenos (as ações deverão captar recursos públicos ou privados complementares aos aportados pelos atores locais).
- Os levantamentos das potencialidades tiveram como objetivo verificar “in loco” pesquisa em 20 (vinte) Sociais Coletivos na área denominada por JUMA, que representam as iniciais dos distritos de Jaci-Paraná, União Bandeirantes, Mutum-Paraná e Abunã, além de atividades extracampo em Campo Novo de Rondônia e visita ao Projeto RECA. As entidades visitadas forma:

	Página: 13 / 31
	Revisão: 0

Jaci-Paraná:

Associação dos Produtores Rurais da Linha 108 - ASCAL BOM FUTURO
Associação dos Produtores Rurais dos Ramais Jorge Alagoas-ASPRUZE
Associação dos Produtores Rurais da Linha Caracol - ASPROCAR
Associação dos Produtores Rurais da Linha Onzinha - ASPROLO
Cooperativa de produção Agropecuária e Frutícola de Rondônia - COOPAGROFRUTÍCOLA
Associação de Produtores Rurais da Linha 15 - ASPRORULO
Associação de Produtores Rurais do Núcleo da Linha 11 - ASPRONUCLEO
Associação dos Produtores Rurais de Jaci-Paraná - ARJAP

União Bandeirante:

Cooperativo Agro florestal Sustentável dos produtores Rurais do Estado de Rondônia - Coopastro
Associação dos Produtores Rurais do Linhão - ASPRUL
Associação dos produtores Rurais da Linha 4 - ASPROL4
Associação dos produtores Rurais da Linha F

Mutum:

Associação de Produtores Rurais do PA São Francisco
Associação dos Produtores Rurais dos Caiçaras - APRC

Abunã:

Assoc de Desenvolv Agrícola e Ambientais de Prod e Produtoras Rurais da Linha Nona do PA Taquara
Associação dos produtores Rurais do Taquara - ASPROTA
Associação dos Produtores Rurais da Linha 11
Associação dos produtores Rurais da Oitava Linha
Associação dos Produtores Rurais da Linha 23

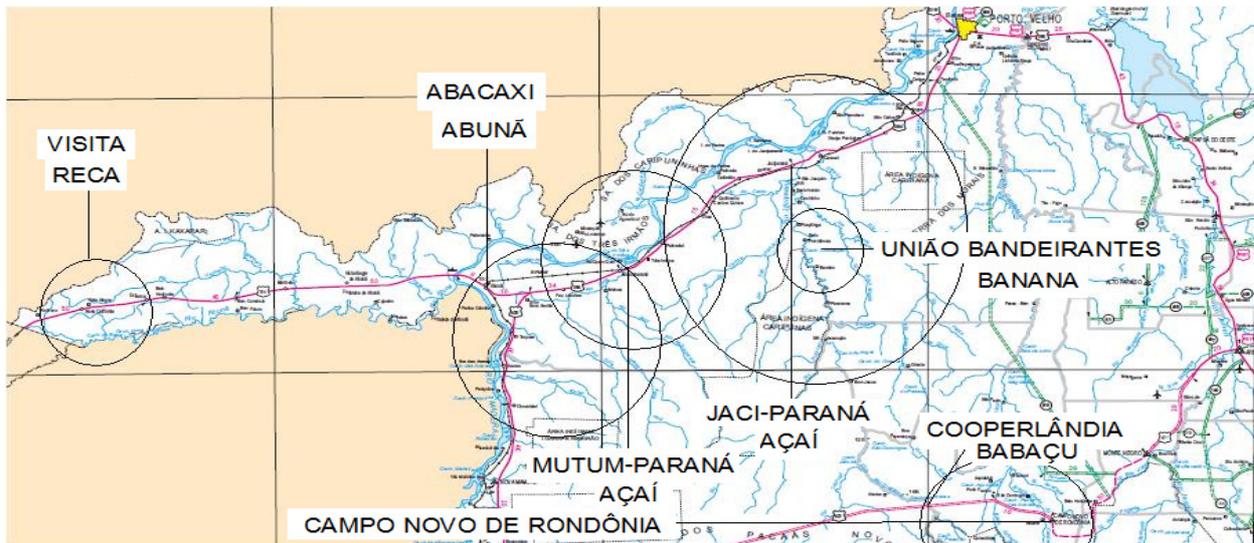
Campo Novo de Rondônia

Cooperativa Agropecuária e Extrativista dos Agricultores de Jacilândia - Cooperlândia

- RECA: o Projeto – que envolve mais de 300 famílias, 3 agroindústrias, reflorestamento – está localizado em Nova Califórnia, fronteira com o Acre, a 150 Km de Rio Branco, capital do Estado (há inclusive uma disputa para que eles sejam “transferidos” para o Acre). Tem sua origem em um grupo de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que vieram para a região e ficaram um tanto “perdidos”, pois não conseguiam plantar suas culturas tradicionais - arroz e trigo -, uma vez que o solo não era propício. Tinham como ponto forte a organização em cooperativas. Este perfil possibilitou a união do saberes que eles trouxeram para a floresta com o dos nativos. Desta união é que nasce o Projeto, cuja missão é ser uma organização social, produtiva

e de base familiar comunitária, referência pelo seu jeito de caminhar solidário que promove a sustentabilidade e o bem viver.

- Como resultado as pesquisas identificaram o que segue:
 - ✓ Jaci-Paraná: existem manchas de produção de bananas, especialmente na margem esquerda até Porto Velho, em que o solo é próprio para produção de banana e açaí. Existe uma cooperativa de produção de Açaí (com apoio do MDS e Embrapa), observando-se uma espécie mais baixa, que facilita a colheita.
 - ✓ Mutum Paraná apresenta tendência natural para o cultivo nativo de açaí. É grande a produção, mas não há estímulo para a produção industrial. Observa-se ainda a cultura da mandioca;
 - ✓ Abunã: terra ácida, muitos ramais de assentamento rurais. O solo é propício para a cultura de Abacaxi.
 - ✓ União Bandeirante: não está na AID de Jirau, mas em termos de atividade extrativista tem muito babaçu, que se encontra espaçado em diversas propriedades rurais, o que dificulta a articulação/verticalização da produção. Checamos e constatamos que tudo é incipiente.



- As demandas e problemas identificados ao longo do trabalho de tabulação foram:

- ✓ Energia elétrica: mais de metade das propriedades não tem acesso à eletrificação e onde existe, ele é precário;
- ✓ Telefonia: existe em alguns poucos assentamentos;
- ✓ Governança: baixa capacidade organizacional das cooperativas, em sua grande maioria a estrutura é composta apenas por presidente, vice, tesoureiro e secretário. Apenas duas delas estão filiadas a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Observa-se, contudo, que 60% dos Coletivos Sociais estão associados à Central de Associação de Produtores Rurais de RO – (CENPROR), e entre outros agentes de desenvolvimento tais como SEMAGRIC, SENAR, EMATER, SEBRAE, CEPLAC, SEMOB.
- ✓ Regularização fundiária (exceto na maioria dos Assentamentos);
- ✓ Acesso a crédito (exceto na maioria dos Assentamentos);
- ✓ Estradas mal conservadas;
- ✓ Transportes de uma forma geral e particularmente dos produtos perecíveis;
- ✓ Preços oscilantes no mercado;
- ✓ Culturas sujeitas a pragas;
- ✓ Carência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);
- ✓ Carência de capacitação em Associativismo e Cooperativismo e cursos de aproveitamento de subprodutos;
- ✓ Maquinário de conservação de estradas vicinais;
- ✓ Maquinário e implementos agrícolas para o plantio;
- ✓ Calcário e fertilizantes;
- ✓ Organização da comercialização;
- ✓ Tanque de resfriamento de leite;

- A produção identificada ao longo do trabalho de tabulação foi:
 - ✓ Banana: 30%;
 - ✓ Açaí: 15%;
 - ✓ Café: 10%;
 - ✓ Cana-de-açúcar: 5%;
 - ✓ Leite: 5%;
 - ✓ Outras 20% (cupuaçu 5%, farinha 5%, queijo 5% e babaçu 5%);
 - ✓ Produção consorciada: existe principalmente nos projetos de assentamentos. Tendência para consorciamento de café;
 - ✓ Praticamente 100% do esforço produtivo é manual (mecânico é praticamente nulo);
 - ✓ Homogeneidade do produto: 80% sim 20% não. Ou seja, são culturas de baixa permanência.

- O destino dos produtos após a colheita, identificados ao longo do trabalho de tabulação foram:
 - ✓ Banca/feira 50%
 - ✓ Freezer 20%
 - ✓ Estocagem seca 20%

- A mão de obra utilizada é 100% familiar, com renda familiar média/mensal entre R\$ 300 e R\$ 500 reais. Este valor é reforçado com a criação de pequenos animais (caprinos, galinhas, ovinos) e com a prática do “escambo”, muito comum entre os agricultores desta região.

- Quanto ao mercado e a comercialização, 30% armazenam em/nas cooperativas, 40% comprador direto e, 30% vendem para atravessadores (para se ter uma ideia, o atravessador paga por um cacho de banana entre R\$ 0,50 a R\$1,00 e, vende na cidade uma dúzia a R\$2,00).

- Em relação a demanda por equipamentos/mobiliário/veículos, foram identificadas algo como 30% para o uso de caminhão; 30% para trator e implementos agrícolas; 10% para o uso de despoldadeira de frutas; 5% para câmara fria; 5% implementos gerais; 5%

para a instalação de gerador de energia; 5% para a instalação de usina de beneficiamento de frutas e, 5% para a instalação de tanque de resfriamento de leite e secador de café.

- Quanto às formas de captação de recursos são muito incipientes 20% através de emendas parlamentares e 80% não solicita a nenhuma fonte.
- Em relação às matérias primas utilizadas 60% são provenientes do plantio e colheita direta; 10% do plantio/irrigação/colheita; 10% do cultivo de mudas em viveiros; 10% da compra de mudas resistentes e 10% de ordenha manual.
- Quanto ao mercado consumidor está assim dividido 8 em PVH; 1 em Jaci-Paraná; 5 Local; 4 em Nova Mamoré; 3 em Guajará Mirim 3 e 1 em Muriti.
- Quanto à capacitação a demanda é para suprir a carência nos temas relacionados ao:
 - ✓ Associativismo e cooperativismo;
 - ✓ Aproveitamento de subprodutos;
 - ✓ Gestão e técnica rurais,
 - ✓ Artesanato, qualidade de produtos;
 - ✓ Comercialização, gestão e contabilidade de custos.
- Os consultores fizeram uma observação muito especial ao papel desempenhado pelos jovens e pelas mulheres nas áreas visitadas. Dos vinte Sociais Coletivos pesquisados, dois são dirigidos por mulheres “guerreiras”, Dona Rose Ferreira, presidenta da Associação dos produtores Rurais da Linha 15 (ASPRORULQ) no Assentamento Joana D’arc III (distrito de Jaci-Paraná), e dona Nilda Machado de Oliveira, presidente da Associação de Desenvolvimento Agrícola e Ambiental dos Produtores. Ambas são assentadas por programas do INCRA lidam diariamente com seus sonhos, problemas, papéis, direitos, responsabilidades, necessidades, filhos e terra. São lideranças respeitadas e desempenham papel muito importante nas comunidades em que atuam, lutando por recursos e apoio junto aos agentes de desenvolvimento. Cada uma delas lidera mais de cem famílias. Como gestoras e ao mesmo tempo indutoras da família, percebem a falta dos serviços sociais locais com maior atenção. No caso dos associados da Linha Nona (Abunã) em uma das reuniões da Associação ficou definida democraticamente ser necessário antes de fazer um galpão para a Associação, fazer

sim naquele lugar uma escola. Essas decisões acertadas demonstram o quanto às pessoas desses assentamentos percebem a noção de pertencimento com o lugar e com a terra. Produzem porque sabem produzir na terra, buscam incessante apoio para crescerem, mas ao contrário de desistirem de seus sonhos, se fortalecem no diálogo, contrário ao descaso.

- As conclusões e recomendações a que os consultores do SEBRAE chegaram são as que seguem abaixo:
 - ✓ Apoio técnico para o cultivo e aproveitamento total do abacaxi com verticalização da produção, em Abunã (BR 425 Abunã – Guajará-Mirim). Em primeiro lugar pela aptidão de solo para esse cultivo, em segundo pelo quantitativo de assentados rurais de mais de 6 linhas que seriam beneficiados, além do fácil escoamento da produção para BR, na ASPROTA com estrutura de suporte que até o final do ano já contará com energia elétrica, entre outros fatores positivos;
 - ✓ Apoio técnico para o cultivo e aproveitamento total de açaí em Jaci-Paraná (PA Joana D'arc), devido ao grande potencial de mercado nacional e internacional desse energético natural, com aproveitamento total do fruto, além de outros aspectos positivos, como o aproveitamento da mão de obra feminina - coquinhos para uso como biomassa ou artesanato;
 - ✓ Apoio técnico para o cultivo e aproveitamento total do cultivo da banana – União Bandeirantes também com sistema de produção verticalizada;
 - ✓ Recomendam, ainda, a promoção do saber rural, através de programas de treinamento em gestão agrícola e comercialização. Para a maioria das famílias rurais a passagem pela escola básica rural é a única oportunidade em suas vidas de adquirir as competências que lhes permitiriam eliminar as principais causas internas do subdesenvolvimento rural.

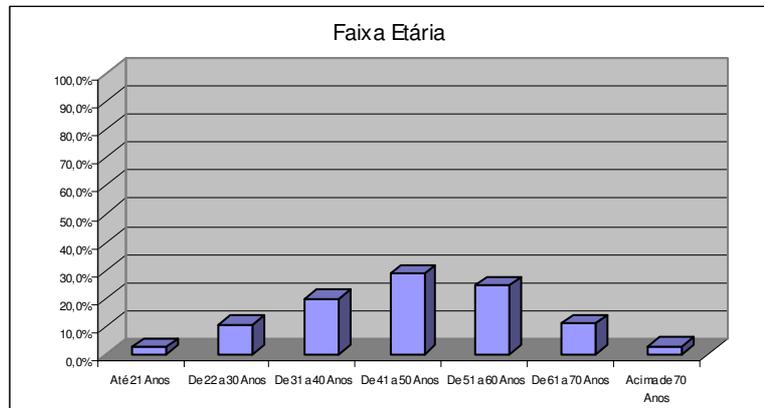
5. Métricas obtidas a partir de Cadastro de Produtores Rurais – SEMAGRIC

As métricas apresentadas abaixo decorrem da aplicação de cadastro junto aos produtores rurais de Porto Velho, desenvolvido através de parceria entre a SEMAGRIC e o SEBRAE. A partir dos dados é possível proceder uma caracterização socioeconômica desta população, além de demandas específicas, tais como crédito, capacitação, extensão rural, etc.

	Página: 19 / 31
	Revisão: 0

01 → Faixa Etária.

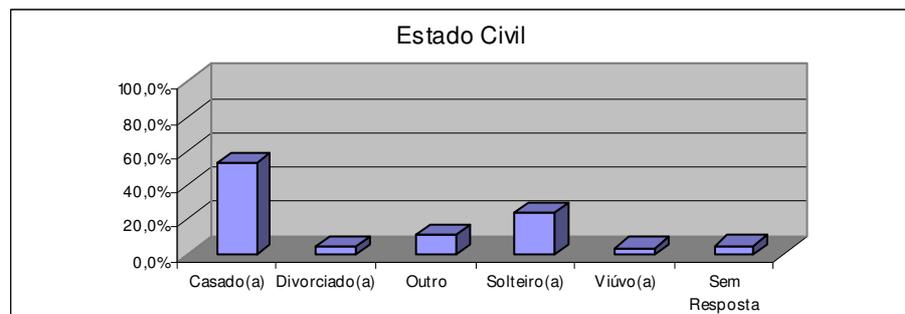
Até 21 Anos	2,7%
De 22 a 30 Anos	10,7%
De 31 a 40 Anos	19,9%
De 41 a 50 Anos	28,6%
De 51 a 60 Anos	24,5%
De 61 a 70 Anos	10,9%
Acima de 70 Anos	2,7%



A faixa etária está concentrada entre 41 e 50 anos como demonstrado no gráfico acima.

02 → Estado Civil.

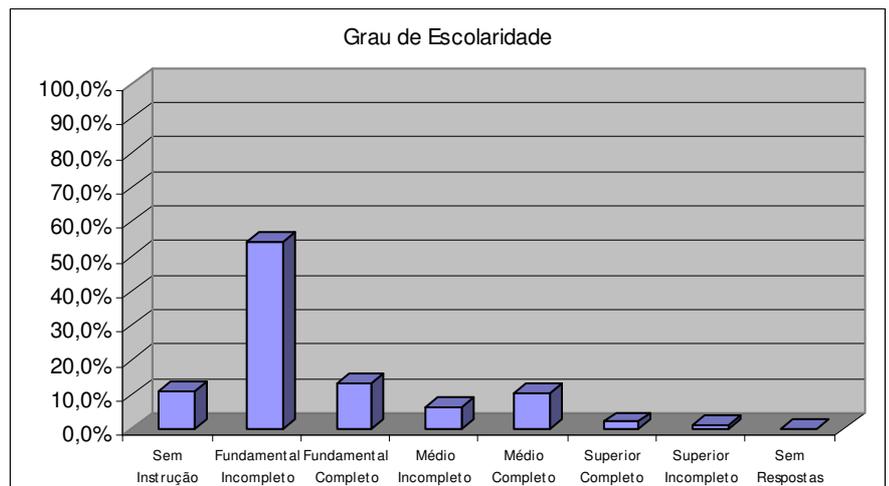
Casado(a)	53,0%
Divorciado(a)	4,1%
Outro	11,1%
Solteiro(a)	23,4%
Viúvo(a)	3,6%
Sem Resposta	4,8%



Verificou-se que 53% dos entrevistados são casados.

03 → Grau de Escolaridade.

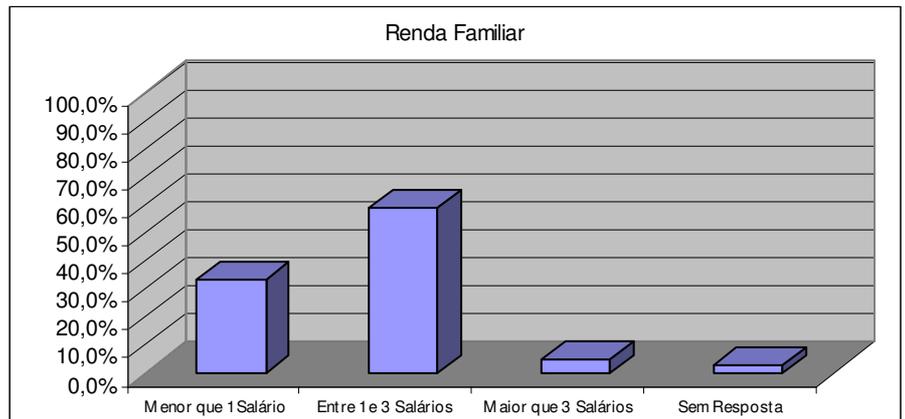
Sem Instrução	11,2%
Fundamental Incompleto	54,5%
Fundamental Completo	13,4%
Médio Incompleto	6,7%
Médio Completo	10,6%
Superior Completo	2,3%
Superior Incompleto	1,2%
Sem Respostas	0,2%



O gráfico acima demonstra que 65,7% encontram-se somente com ensino fundamental incompleto e sem instrução.

04 → Renda Familiar.

Menor que 1 Salário	33,2%
Entre 1 e 3 Salários	59,1%
Maior que 3 Salários	5,2%
Sem Resposta	2,5%

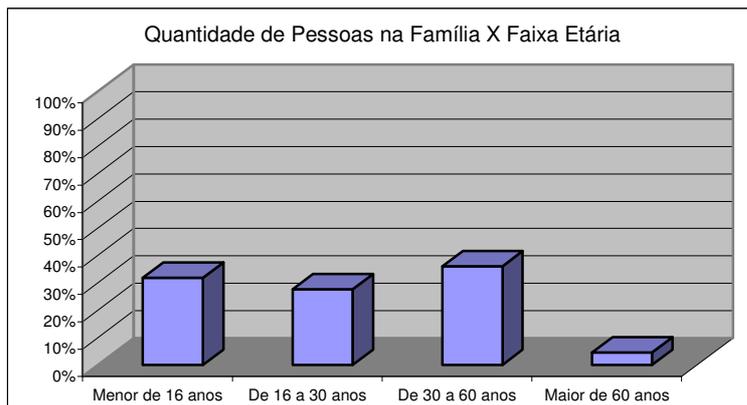


Verificou-se que 92,3% dos produtores possui uma renda familiar de até 3 salários mínimos, sendo que 33,2% esta renda é menor que 1 salário.

05 → Número de pessoas na família (por idade):

Faixa Etária	%	Nº de Pessoas
Menor de 16 anos	31,8%	2393
De 16 a 30 anos	27,6%	2079
De 30 a 60 anos	36,0%	2711
Maior de 60 anos	4,6%	345

Total Familiares → 7528 pessoas
uma média de 4 pessoas por família.



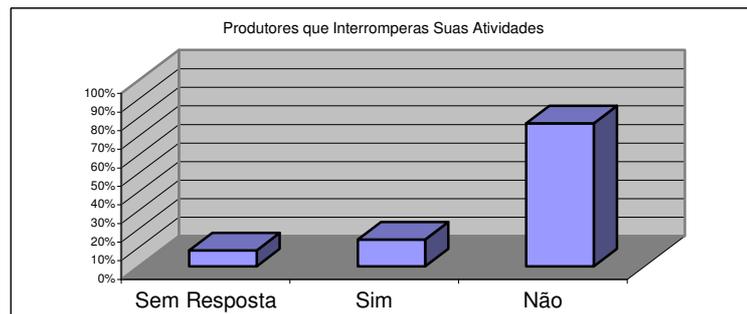
06 → Há quanto tempo está no lote



O tempo médio de Atividade no Lote é de 9 Anos e 3 Meses.

07 → Produtores que interromperam suas atividades rurais por algum tempo e foram para cidade.

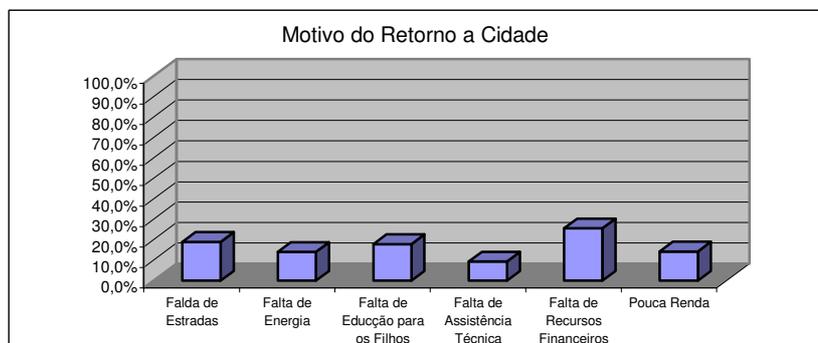
Sem Resposta	8,6%
Sim	14,4%
Não	77,0%



Somente 14,4% dos Produtores Interromperam suas Atividades para retornar a cidade.

7.1 → Motivos do retorno a Cidade

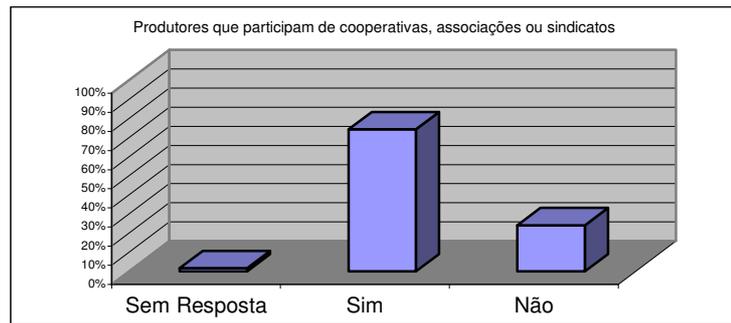
Falda de Estradas	19,0%
Falta de Energia	14,0%
Falta de Educação para os Filhos	17,9%
Falta de Assistência Técnica	9,3%
Falta de Recursos Financeiros	25,5%
Pouca Renda	14,3%



Os principais motivos para o retorno do produtor a cidade foram, 25,5% Falta de Recursos Financeiros, 19% Falta de Estradas e 17,9% Falta de Educação para os Filhos.

08 → Produtores que participam de cooperativas, associações ou sindicatos.

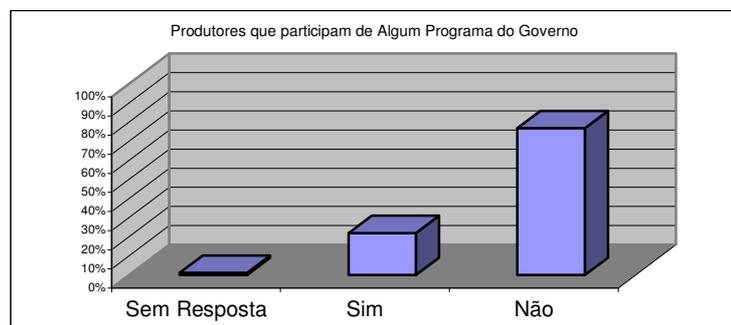
Sem Resposta	1,6%
Sim	74,3%
Não	24,1%



Verificou-se que 74,3% dos produtores participam de alguma entidade de Classe.

09 → Produtores que participam de algum programa do governo.

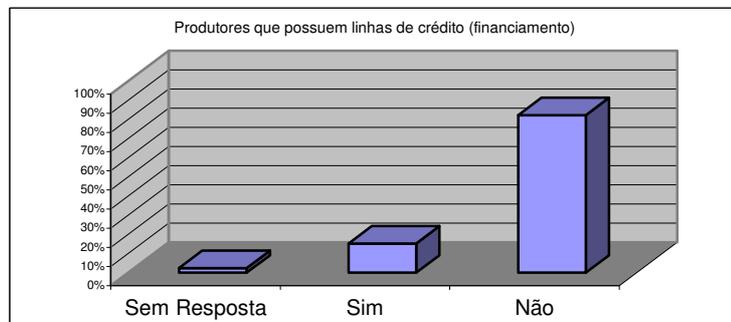
Sem Resposta	1,2%
Sim	21,9%
Não	76,9%



Verificou-se que 76,9% dos produtores não participam de nenhum programa do governo.

10 → Produtores que possuem linhas de crédito (financiamento).

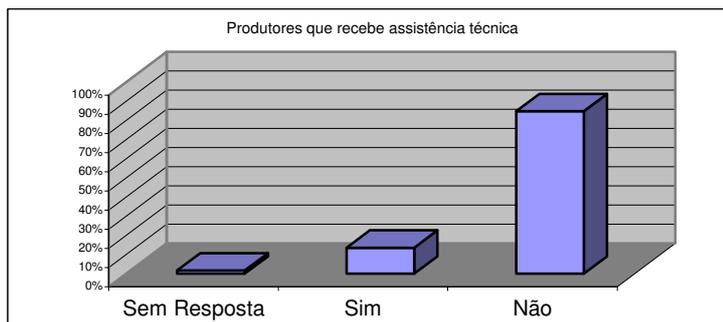
Sem Resposta	2,4%
Sim	15,3%
Não	82,3%



Verificou-se que 82,3% dos produtores não possuem linha de crédito (financiamento).

11 → Produtores que recebem assistência técnica.

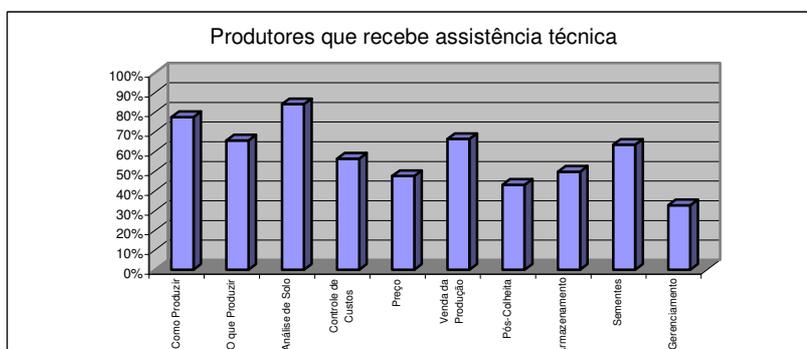
Sem Resposta	1,6%
Sim	13,5%
Não	84,8%



Somente 13,5% dos produtores recebem assistência técnica, sendo que destes 7,5% consideram a assistência técnica Insuficiente.

12 → Atividades em que o produtor necessita da assistência técnica.

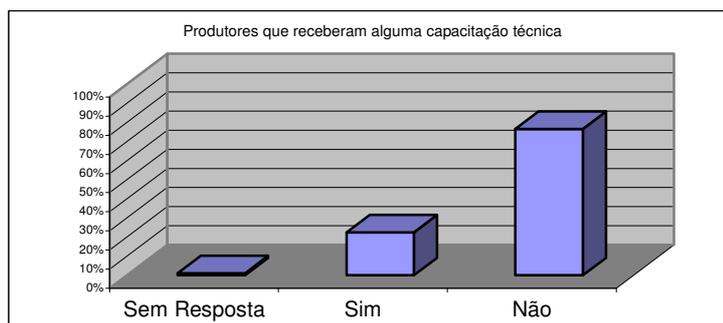
Como Produzir	78%
O que Produzir	66%
Análise de Solo	84%
Controle de Custos	57%
Preço	48%
Venda da Produção	66%
Pós-Colheita	43%
Armazenamento	50%
Sementes	64%
Gerenciamento	33%



A Principal Atividade que o produtor necessita de assistência técnica é a Análise de solo com 84%, em seguida vem Como Produzir com 78%.

11 → Produtores que receberam alguma capacitação técnica.

Sem Resposta	1,0%
Sim	22,4%
Não	76,6%



Somente 22,4% dos produtores recebem alguma capacitação técnica.

6. Cadastro Socioeconômico – ESBR/ECSA

Os levantamentos realizados pelo SEBRAE e Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, reportados ao longo deste relatório, ainda que muito importantes e significativos precisam ser refinados, para que se possa formar um adequado diagnóstico da situação do extrativismo na AID, assim como dos usos da floresta que fazem as diferentes comunidades.

Este refinamento, ainda que não seja fator impeditivo para que de pronto se desencadeiem ações e iniciativas indicadas na conclusão, deve ser obtido através do Cadastro Socioeconômico realizado pela ECSA Engenharia Socioambiental S/S. Devido a sua natureza censitária na AID e às variáveis pesquisadas, o CSE presta-se de maneira muito adequada ao planejamento das intervenções que deverá realizar o Empreendedor no âmbito do Subprograma de Fomento à Tecnologia de Extração de Produtos Florestais.

7. Conclusões

As conclusões deste relatório estarão baseadas no encaminhamento dos procedimentos metodológicos indicados no PBA, descritos no item 1 retro.

7.1. Caracterização do estágio do extrativismo, recursos coletados e produtos elaborados

Tanto as entrevistas realizadas com agentes e técnicos da área pública, consultores de entidades como o SEBRAE, quanto o reconhecimento do terreno através de sobrevoo parecem indicar que o extrativismo, em que pese pertencer ao modo de organização dos núcleos familiares de toda a região, não representa uma atividade significativa do ponto de vista econômico. Ainda assim é possível identificar, a partir da pesquisa SEBRAE *Levantamento de Potenciais Sociais Coletivos*, as seguintes culturas extrativistas na AID:

- Açaí;
- Babaçu;
- Cupuaçu;
- Palmito de pupunha;
- Castanha do Brasil.

Esta constatação não permite inferir, contudo, que não existam possibilidades de desenvolvimento neste segmento de atividade, mas que as condições ambientais gerais não geram as condições mais adequadas para fazê-lo. Têm grande importância nesta configuração diferentes ordens de dificuldades, tais como

- ✓ Estradas mal conservadas;
- ✓ Transporte irregular do ponto de vista temporal, o que dificulta particularmente o escoamento de produtos perecíveis;
- ✓ Deficiências de conservação de estradas vicinais;
- ✓ Carência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);
- ✓ Dificuldade de acesso a maquinário e implementos agrícolas para o plantio;
- ✓ Necessidades de correção do solo, com a cesso a calcário e fertilizantes;
- ✓ Carência de capacitação em Associativismo e Cooperativismo e cursos de aproveitamento de subprodutos;
- ✓ Deficiências na organização da comercialização, entre outras.

Evidentemente a exploração da madeira constitui-se em uma exceção a esta regra, constituindo-se em atividade significativa do ponto de vista econômico, quer pelos volumes financeiros que envolve, quer pelo contingente de mão de obra que mobiliza.

7.2. Identificação de planos de manejo em execução

Esta atividade exigirá atividade de campo específica, iniciando-se com entrevistas junto à SEMAGRIC e órgãos ambientais, podendo compreender, a partir destas iniciativas, campanhas nas diferentes comunidades da AID.

7.3. Estimular discussão e elaboração de Planos de Manejo

Esta atividade está associada à anterior e será desenvolvida a partir dela.

7.4. Identificar necessidades de capacitação junto às comunidades

Apesar de poderem ser objeto de refinamento a partir das inferências que se poderá fazer com base no Cadastro Socioeconômico, as demandas de capacitação estão claramente formuladas:

- ✓ Fortalecimento institucional;
- ✓ Associativismo e cooperativismo;
- ✓ Gestão e técnica rurais;
- ✓ Contabilidade de custos da entidade e da propriedade;
- ✓ Organização e comercialização da produção;
- ✓ Empreendedorismo rural;
- ✓ Culturas do café, banana, pupunha, cadeia produtiva da mandioca (plantio, melhoramento genético, manejo da safra, melhoria da qualidade da farinha), açaí, extrativismo do babaçu;
- ✓ Aproveitamento de subprodutos;
- ✓ Artesanato, qualidade de produtos.

7.5. Identificar e contatar instituições para ministrar as capacitações

Grande parte deste esforço de capacitação se resolve no âmbito das especialidades e atividades do SEBRE e SENAR, podendo evidentemente ser complementados e suplementados por outras instituições como, por exemplo, a EMBRAPA.

Tão logo se definam internamente as linhas de atuação a serem perseguidas pelo Empreendedor, assim como o planejamento das atividades, pode-se iniciar o contato com as instituições supraindicadas.

7.6. Desenvolvimento das bases culturais da atividade extrativista

Este tópico refere-se a um conjunto de ações que devem orientar a prática extrativista na direção de sua sustentabilidade, tanto ambiental, quanto socioeconômica. Para materializar as ações previstas, que envolvem a capacitação e aperfeiçoamento do manejo sustentável da

floresta, o incentivo ao associativismo e a formalização das associações, o que pode viabilizar o financiamento das atividades, será necessário desenvolver atividades em campo, iniciando-se pelo contato com órgãos ambientais, para então se abordar as comunidades da AID.

Complementarmente será necessário firmar relacionamento com instituições de ensino e pesquisa, e desenvolver uma mecânica de monitoramento das atividades extrativistas na região, tendo em vista particularmente as ações entabuladas ao amparo do Subprograma de Fomento à Tecnologia de Extração de Produtos Florestais.

Anexo – Unidades de Conservação - Rondônia

Fonte: Zoneamento Socioeconômico Ecológico

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO					
NOME	ÁREA (ha)	DECRETO/DATA	NOME	ÁREA (ha)	DECRETO/DATA
RESEX FEDERAL			ESTAÇÃO ECOLÓGICA		
Rio Ouro Preto	167.624,50	9166 – 13/03/90	Antônio Mujica Nava	18.280,85	4635 – 07/11/96
Do Lago do Cuniã	55.850,00	3.238 – 10/11/99	Samuel	71.060,72	4247 – 18/06/90
Do Rio do Cautário	73.817,49	S/n 07/08/01	Serra Três Irmãos	102.678,80	4584 – 28/03/90
Barreiro das Antas	107.234,25	S/n -07/08/01			
			ESTAÇÃO ECOLÓGICA		
RESEX ESTADUAL			Cuniã, dividida em:	53.221,23	S/n -27/09/01
Angelim/Jequitibá*	8.923,20	7095 – 04/09/95	Área I	46.120,27	
Aquariquara	18.100,00	7106 – 04/09/95	Área II	7.100,95	
Castanheira	10.200,00	7105 – 04/09/95			
Freijó	600,36	7095 – 04/09/95	PARQUE MUNICIPAL		
Garrote	802,51	7109 – 04/09/95	Porto Velho	391,00	3816 – 27/12/89
Ipê	815,46	7101 – 04/09/95	Pimenta Bueno	537,00	0963 – 18/06/93
Itaúba	1.758,07	7100 – 04/09/95	Ouro Preto D'Oeste	222,00	1561 – 23/06/88
Jatobá	1.135,17	7102 – 04/09/95			
Maracatiara	9.503,12	7096 – 04/09/95	PARQUE ESTADUAL		
Massaranduba	5.566,21	7103 – 04/09/95	Corumbiara	424.339,11	4576 – 23/03/90
Mogno	2.450,11	7099 – 04/09/95	Guajará-Mirim	207.148,26	4575 – 23/03/90
Piquiá	1.448,92	7098 – 04/09/95	Serra dos Reis	36.442,25	7027 – 08/08/95
Roxinho	882,21	7107 – 04/09/95			
Seringueiras	537,46	7108 – 04/09/95	PARQUE NACIONAL		
Sucupira	3.188,02	7104 – 04/09/95	Pacaás Novos**	764.801,00	84.019 – 21/09/79
Rio Cautário	144.371,65	7028 – 08/08/95	Serra da Cutia	283.611,70	S/n -01/08/01
Curralinho	1.757,65	6952 – 14/07/95			
Jaci-Paraná	191.324,31	7335 – 17/01/96	REBIO ESTADUAL		
Pacaás Novos	342.903,50	6953 – 14/0795	Rio Ouro Preto	56.581,06	4580 – 28/03/90

Pedras Negras	124.124,09	6954 – 14/07/95	Traçadal	20.164,54	4583 – 28/03/90
Rio Preto Jacundá	115.278,73	7336 – 17/01/96			
			REBIO FEDERAL		
FERS			Guaporé***	285.000,00	87.587 – 20/09/82
Araras	964,77	7605 – 08/10/96	Jarú	268.150,00	83.716 – 11/07/79
Cedro	2.566,74	7601 – 08/10/96			
Gavião	440,39	7604 – 08/10/96	FLORESTA NACIONAL		
Mutum	11.471,04	7602 – 08/10/96	Bom Futuro	249.000,00	96.188 – 21/06/88
Periquitos	1.162,55	7606 – 08/10/96	Jamari	223.799,00	90.224 – 25/09/84
Rio Machado	115.750,33	4571 – 23/03/90			
Rio Madeira A	62.986,06	4574 – 23/03/90	RPPN		
Rio Madeira B	51.856,07	7600 – 08/10/96	Seringal Assunção	623,24	Port. Nº 63 – 18/07/97
Rio Vermelho B	31.574,23	4582 – 28/03/90	Vale das Antas	65,65	Port. Nº 61 – 16/07/99
Rio Vermelho C	4.050,12	4567 – 23/03/90	Água Boa	95,05	Port. Nº 21 – 30/03/00
Tucano	659,56	7603 – 08/10/96	Vale do Arara, composto de: Parque Natural Leonildo Ferreira 1 Parque Natural Leonildo Ferreira 2	1.976,65 995,47 981,18	Port. Nº173 – 21/11/01 Port. Nº175 – 21/11/01
APA			ÁREAS PROPOSTAS****		
Rio Madeira	6.741,00	5124 – 06/06/91	FLONA Jacundá		
			FRS Cuniã		

